

A CULPA É DA IMPRENSA

Otacílio F. Nunes Jr.

O caso Watergate entrou para a história como um exemplo do poder da imprensa numa sociedade democrática. As denúncias — partidas de alguém conhecido como *Deep throat*, até hoje anônimo — sobre a participação do presidente dos Estados Unidos numa ação de espionagem contra seus adversários políticos acabaram por levá-lo, na iminência da aprovação de seu *impeachment*, à renúncia. No nosso "caso Dinda", o *Deep throat* tem nome, endereço e parentesco conhecidos: é o próprio irmão do presidente; e, malcomparando, pode-se dizer que o papel desempenhado no episódio norte-americano pelo jornal *Washington Post*, que "furou" seus concorrentes, coube aqui à *Veja*, não tanto pelo ineditismo das denúncias, mas pelo destaque dado a elas pela revista mais importante de país.

Collor não é Nixon, e diz que não renuncia de jeito nenhum. Mas pode acabar sendo forçado a fazê-lo se a CPI resultar em seu indiciamento por crime de responsabilidade. A questão é fundamentalmente política e dependerá, entre outros fatores, da avaliação feita pelos aliados de Collor sobre o risco de, mantendo o apoio ao presidente, acabarem afundando com ele. Não se pode descartar a possibilidade de a CPI aprovar um relatório corroborando a convicção manifestada pelos setores mais expressivos da sociedade brasileira de que Collor deve deixar a Presidência da República. Nos dias que restam até a conclusão da CPI (estamos em meados de julho) podem surgir novas provas fatuais ou testemunhais que tornem inevitável o enquadramento do presidente. Vale lembrar que um dos irmãos de PC Farias ameaçou botar fogo no circo se incomodassem muito o chefe do clã; e não é impossível que surjam empresários — dos grandes — dispostos a confirmar na justiça a prática de corrupção no âmbito do governo federal. O alto grau de imprevisibilidade do quadro atual não impede, entretanto, de dar como certo que a solução da crise passará por uma negociação política diferente das habitualmente ocorridas na história do país.

Um dos aspectos novos do período que atravessamos é a ampla disseminação de informações sobre os vários atores envolvidos na crise, tornando-os assim mais expostos à vigilância de seus atos pela sociedade. A

própria CPI serve de exemplo: o Congresso foi praticamente obrigado a aprovar sua criação, apesar da oposição inicial de grande número de parlamentares, e não só dos governistas. Ao ganharem destaque na imprensa, as denúncias, que nem eram novas, não puderam ser ignoradas. Ou bem o Congresso dava uma resposta à altura ou corria o risco de se envolver no descrédito que começava a atingir o presidente, já que uma omissão não passaria em branco. Aprovada a CPI, iniciou-se o que pode vir a ser um processo de recuperação da prática política aos olhos da sociedade. Nem bem se esgotou metade do prazo previsto para seu funcionamento, e os resultados obtidos pela CPI fazem soar anacrônicas as palavras de um ministro de Collor quando da instalação da Comissão: *como todas as outras, essa também não ia dar em nada*.

Em boa medida o progresso das investigações também se deve ao exercício da liberdade de imprensa em grau inédito em nossa história — e talvez na dos países do Terceiro Mundo. Além de publicar as denúncias com o devido destaque, a imprensa tem prosseguido nas investigações por conta própria (assim a revista *Istoé* revelou Eriberto, o motorista cujo depoimento pôs em xeque um dos elementos da defesa do presidente), acompanha passo a passo os depoimentos na CPI, cobra dos parlamentares avaliações e posicionamentos etc. Isso não deixará de provocar mudanças no comportamento dos políticos. Há, evidentemente, parlamentares que procuram atrapalhar o funcionamento da CPI, mas a maioria, ainda que apenas com seu silêncio, tem avalizado o prosseguimento das investigações. Não é pouca coisa num país em que o Legislativo foi sempre um poder mais ou menos fraco diante de um Executivo hipertrofiado. Se os parlamentares assim agem em função do constrangimento criado pela revelação de fatos que evidenciam os aspectos mais negativos de nosso sistema eleitoral — dos quais muitos deles são beneficiários —, isso não diminui a importância do fato. A partir de agora os candidatos ou detentores de cargos públicos devem passar a levar em conta a possibilidade de terem suas práticas investigadas publicamente. Por esse caminho, é possível que haja aos poucos a incorporação à cultura política brasileira da noção de obrigatoriedade de os eleitos prestarem contas de suas ações aos eleitores — ingrediente essencial de um sistema representativo democrático. Também na esteira da CPI, é razoável esperar do Congresso a aprovação, num prazo relativamente curto, de mudanças na legislação eleitoral restringindo o uso do poder econômico.

Por mais positivos que sejam os aspectos acima ressaltados, o foco central da crise persiste, localizado na Presidência da República. Não se trata de questionar o acerto de algumas das orientações de política do atual governo, ou os alardeados avanços na modernização do país (privatização, liberalização e abertura da economia ao exterior — acompanhadas, é bom lembrar, de recessão, desemprego, aumento da pobreza etc.), mas de reconhecer que o presidente não tem mais condições de governar. Como se sabe, os momentos difíceis propiciam as atitudes grandiosas. Acossado pelas denúncias — às quais só consegue opor uma auto-imagem de nubívago ignorante do que se passa embaixo do seu nariz — Collor ataca a imprensa,

a CPI, os sindicatos, a SBPC, todos que se empenham em fazer surgir a verdade e exigem que as funções públicas sejam exercidas com dignidade. Agindo assim, talvez só consiga aumentar seu isolamento.

Se, apesar de tudo, vier a permanecer no cargo, Collor será inevitavelmente um presidente fraco. A solução para o problema da governabilidade terá de vir do Congresso Nacional, a quem caberá o papel de arbitrar o encaminhamento das questões nacionais. Assim, embora por vias transversas, poderemos talvez chegar a um equilíbrio institucional apto a assegurar a viabilidade democrática do presidencialismo: um Congresso forte exercendo em toda a sua plenitude a cogestão do governo federal.

Otacílio F. Nunes Jr. é editor-assistente de *Novos Estudos*. Já publicou nesta revista "Ora pacotes!" (Nº 27).

Novos Estudos

CEBRAP

Nº 33, julho 1992

pp. 3-5

NACIONALISMO E NACIONALIDADE NO LESTE EUROPEU

O colapso do socialismo nos países do Leste Europeu vem produzindo um fenômeno dos mais interessantes. Muitos acreditavam que a generalização dos mecanismos de mercado daria uma fisionomia homogênea à região, fazendo-a alcançar aos poucos os padrões do Ocidente desenvolvido. Livres dos entraves do estatismo, as forças econômicas atingiriam uma dinâmica de tal ordem que o tempo perdido logo se veria recuperado. Assentada uma parte da poeira, vemos que as coisas não são bem assim. Nem os processos econômicos são tão assépticos que garantam um desenvolvimento alheio às circunstâncias históricas e culturais das diferentes populações, nem os padrões a serem alcançados parecem se impor tão placidamente. A eclosão de inúmeros movimentos nacionais e nacionalistas na região dá bem a dimensão da complexidade que aquelas mudanças envolvem. E os ódios étnicos, a violência política e religiosa forçosamente trazem à baila a importância dos processos históricos na constituição da trajetória dos povos. Com a publicação deste dossiê — que contou com a preciosa colaboração da professora Lenina Pomeranz, da Universidade de São Paulo —, a intenção de *Novos Estudos* foi colaborar para uma melhor compreensão desses processos, nem sempre adequadamente analisados na cadência da imprensa diária. O entendimento das particularidades de uma nação e de uma cultura certamente nos livra de julgamentos apressados e lineares, e funciona como excelente exercício de tolerância. Ademais, quer nos parecer também que o conhecimento direto da produção mais recente da intelectualidade russa é uma das melhores formas de termos uma noção mais fiel do que se passa naquele país.